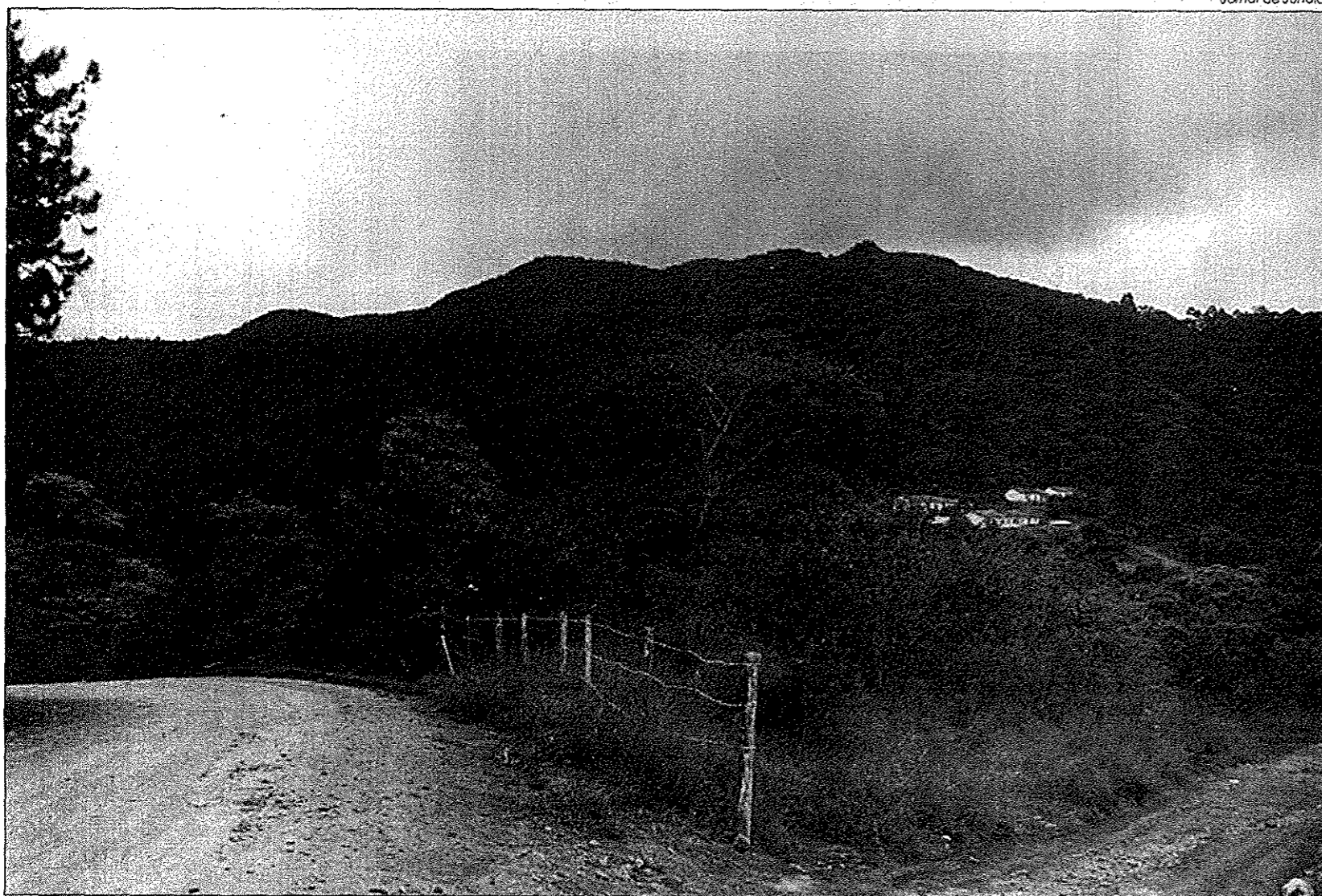


Documentação  
 J. de Jundiá, 2007  
 3/8/96 p. 13

SERRA DO JAPI

# Debate vai discutir projeto na Serra

O polêmico projeto de um parque na fazenda Caaguaçu vai ser discutido no próximo dia 8 de março, na Câmara Municipal de Jundiá



Sede da Fazenda Caaguaçu onde serão construídos os alojamentos do Projeto Esporte Ecologia

## DESMATAMENTO

### Loteamento é retomado sem comprovação legal

As obras no condomínio Vilage das Flores, propriedade da Fredi Empreendimentos Imobiliários, continuam na região da Quinta da Boa Vista (área de entorno da Serra do Japi). O proprietário Aloísio Fredi diz que o desembargo ocorreu há cerca de quatro meses e espera que em outubro desse ano a infra-estrutura no local já esteja adiantada.

O processo de liberação da área, entretanto, ainda está "sub júdice", de responsabilidade do juiz da 1ª Vara Cível, Maurício Velho. É o que afirma o advogado da empresa, Vanderley Rosa. "Temos que atuar de acordo com as determinações do Código de Processo Civil", disse Rosa, negando-se a fornecer informações detalhadas.

Já Fredi não hesita em afirmar, otimista, que as obras continuam e a área deverá estar pavimentada ainda esse ano, por volta de outubro, com guias e sarjetas, rede de água, esgoto e iluminação. Ele afirma que, segundo a legislação ambiental do país o estudo de impacto ambiental (EIA) só é necessário em áreas superiores a 100 hectares. "Temos somente 9,2 hectares no loteamento".

#### Coati contesta legalidade

A organização não-governamental COATI (Centro de Orientação Ambiental Terra Integridade) questiona a obra. O engenheiro Flávio Gramolelli Júnior,

diretor-presidente da entidade, lembra que o Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais (DPRN) autorizou a retirada da vegetação contrariando o decreto federal 750/93, que protege a mata atlântica.

"Há ainda um capítulo da lei municipal 4190/93 que também determina a proibição. Mas não foi respeitado pela Secretaria de Obras", afirma Gramolelli.

#### Pesquisador é processado

Francisco de Matheo, proprietário do Museu Particular de Jundiá e participante dos protestos contra o loteamento, está sendo processado por calúnia e difamação pelo empresário Aloísio Fredi - que mistura uma boa imagem profissional na cidade com a intransigência diante dos ambientalistas. O primeiro processo, por calúnia, é causado por um cartaz usado por Francisco (Kiko) chamando o empresário de depredador. Outro, que ele aponta na mesma procedência, acusa-o de poluir o córrego da Colônia com resíduos de seu depósito de materiais de reciclagem.

"Eu não poluo. Pelo contrário, a gente limpa o que os outros poluem. Até o lixo recolhido na serra é jogado nesse depósito. Defendemos o ambiente e vamos continuar defendendo. Não é possível ser denunciado por isso", afirma De Matheo.



Pinus podem ser cortados a qualquer hora

Coati e a AOEB - Associação Olimpíadas Esportivas Brasil - estão organizando um debate público para esclarecer todas as dúvidas que envolvem o Projeto Esporte Ecologia, da AOEB, e também a criação de um Parque Ecológico na Serra do Japi. O debate acontece no próximo dia 8 (sexta), às 19 horas, na Câmara Municipal de Jundiá.

De acordo com Flávio Gramolelli Júnior, diretor-presidente do COATI, a grande questão relativa ao projeto refere-se à área pretendida pela AOEB para implantar este projeto: "Enquanto que as pessoas estão adotando as árvores do local para contribuir com o Projeto Esporte Ecologia, a proprietária da área, Fator Empreendimentos Imobiliários, está querendo cortar estas árvores. Nós também ainda desconhecemos o projeto do parque ecológico e como ele vai funcionar", disse.

O local escolhido para a implementação do projeto é a fazenda Caaguaçu, na região sudoeste da serra (com acesso pelo bairro de Santa Clara). Esta fazenda pertencia à extinta Vigorelli do Brasil, que desmatou a área com incentivo governamental para "reflorestá-la" com pinus. A fazenda foi arrematada pela Fator Empreendi-

mentos Imobiliários, de propriedade do ex-secretário de transporte do governo Quéricia e ex-deputado federal Walter Nory, no início da década de 80, no leilão da massa falida da Vigorelli. O plano era implantar um loteamento no local, porém as diretrizes de uso e ocupação do

Tombamento da Serra do Japi (estabelecidas em 1983 pelo Condephaat - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado) não permitiram o projeto.

Segundo o professor Vanilton Senatore, diretor da AOEB, em 1994, a associação firmou um protocolo de intenções com a Fator para levantar fundos e, em três anos, adquirir a área para a implantação de um parque ecológico e um centro esportivo para deficientes. "O Nory nos deu duas alternativas: ou compramos a área com a vegetação, cujo valor é 2,2 milhões de dólares, ou compramos a terra nua (sem os pinus), por cerca de 800 mil dólares. Tudo vai depender do quanto arrecadarmos com a campanha", informou. O prazo termina no final do ano e a entidade prossegue com a campanha "Adote Uma Árvore", buscando dez reais para cada uma das 20.000 árvores destinadas inicialmente para o projeto.

A empresa está querendo cortar os Pinus que estão sendo adotados

### Empresa quer cortar Pinus que estão sendo adotados

A Fator Empreendimentos Imobiliários, proprietária da fazenda Caaguaçu, pretende cortar todos os pinus existentes na área. Para isso, ela já conta com uma autorização de corte raso concedida pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis), que não fez nenhuma vistoria na área. Porém, a área já tem mata nativa em regeneração. Grande parte da área da fazenda que foi reflorestada com pinus já possui mata nativa em estágios inicial e médio de regeneração. Ou seja, onde foi plantado pinus e não está sendo explorada a resina, a mata nativa já toma conta do local.

O problema é que com o

corte raso da vegetação o solo ficará exposto às chuvas, sofrendo, consequentemente, erosão. Além disso, a mata nativa que já cresce em alguns locais juntamente com os pinus será totalmente destruída.

A empresa enviou ofício à Prefeitura de Jundiá comunicando a implantação de um picador de galhos na fazenda. Porém, segundo o engenheiro florestal Ayidano Carneiro, do Comitê Municipal do Meio Ambiente, além da autorização do IBAMA, é necessária a autorização do DPRN (Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais) e do Condephaat, além do aval da própria prefeitura.

### Conheça o projeto para a Serra

O Projeto Esporte Ecologia prevê a implantação de um parque ecológico nos 512 alqueires da fazenda Caaguaçu, com a construção de um centro esportivo capaz de receber até 600 pessoas diariamente. Pelo projeto, os pinus que ocupam 80% da área da fazenda serão substituídos gradativamente por espécimes da mata nativa. Sua viabilização acontece através da adoção de árvores - são 1,2 milhões de pinus, sendo que 20 mil foram colocados na primei-

ra fase a dez reais por árvore.

Os alojamentos serão construídos em área já ocupada, onde era a sede da fazenda (130 mil metros quadrados), em 1% da área total. Atendendo a 25 mil deficientes mentais por ano, o objetivo é viabilizar esse trabalho com as adoções de árvores - sendo que os colaboradores terão acesso ao parque ecológico e, mediante reserva prévia, poderão se alojar no centro aos finais de semana.